

O alistamento de menores e a disciplina de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nas primeiras décadas do século XX¹

Enlistment of minors and the discipline of bodies in the Escola de Aprendizes Marinheiros of Paraíba in the first decades of the twentieth century

Recebido: 03/08/2020 | Revisado:
31/05/2021 | Aceito: 02/06/2021 |
Publicado: 23/08/2021

Azemar dos Santos Soares Júnior
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0015-415X>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: azemarsoares@hotmail.com

Luiz Felipe Soares de Lima
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0315-8156>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: felipesoares013@gmail.com

Como citar: SOARES JUNIOR, A. S.; LIMA, L. F. S.; O alistamento de menores e a disciplina de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nas primeiras décadas do século XX. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e10885, ago. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O artigo objetiva investigar o recrutamento de menores pela E.A.M. da Paraíba na primeira metade do século XX. Desde o Império, tais instituições se empenharam na normatização da sociedade, recolhendo e formando crianças pobres e desvalidos para o corpo da Marinha, dentro de um regime amparado no adestramento social. Nesses termos, metodologicamente nos aproximamos da análise do discurso e do conceito de disciplina, ambos de Michel Foucault (2014 e 2018), para entendermos, nas fontes examinadas, ou seja, o Livro de Alistamento de Menores, Livros de Copiador de Ofício e Regulamento escolar, as formas de controle dos corpos e a regulação e modificação dos critérios de admissão no dado período, concluindo que havia certa resistência da população na entrega de seus filhos para essa instituição do Estado.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Marinheiros; alistamento; disciplina.

Abstract

The article aims to investigate the recruitment of minors by E.A.M. of Paraíba in the first half of the twentieth century. Since the Empire, such institutions have been engaged in the standardization of society, collecting and training poor and disadvantaged children for the Navy, within a regime supported by social training. In these terms, methodologically we approach the analysis of the discourse and the concept of discipline, both by Michel Foucault (2014 and 2018), in order to understand, in the examined sources, the Book of Enlistment of Minors, Books of Copier of Craft and School Regulation, the forms of body control and the regulation and modification of the admission criteria in the given period, concluding that there was some resistance from the population in the delivery of their children to this State institution.

Keywords: Escola de Aprendizes Marinheiros; enlistment; subject

¹ Esse artigo é parte integrante dos resultados do projeto de iniciação científica "Marchando com muito garbo e correção: a disciplinarização de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiro no Rio Grande do Norte e na Paraíba", financiado pelo CNPq.

1 INTRODUÇÃO

No dia 10 de novembro de 1913, a diretoria da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba emitiu um ofício circular informando a diversos Juízes de Órfãos de todo o território estadual sobre a existência de quarenta vagas ociosas para meninos naquela instituição. Além de deixá-los a par da realidade, o diretor recém empossado, o Sr. João Bonifácio de Carvalho, objetivava chamá-los atenção para o compromisso patriótico que deveriam assumir ao tomarem para si a dita árdua tarefa de arregimentar menores civis, de treze a dezesseis anos de idade, de cor branca ou parda, com suficiente desenvolvimento para compor as matrículas daquele estabelecimento. O requintado pedido, impresso em palavras de elevada “estima e consideração”, parece evidenciar certa tensão latente nas entrelinhas do discurso, o que não era discriminado em meio a queixas arrastadas por, pelo menos, meio século e praticamente uníssonas ao descreverem um mesmo problema em todo o país: as dificuldades de recrutar menores para a futura composição da armada.

Desvendar o porquê destes obstáculos comuns a boa parte das referidas instituições é um dos problemas que gostaríamos de abordar neste texto. É essencial esclarecer que essas escolas começaram a emergir no cenário nacional em meados do século XIX, através do Decreto n. 42 de 15 de outubro de 1836, que autorizou o governo a criar as companhias fixas de Marinheiros, com o principal objetivo de acolher jovens, que até então estavam fadados à miséria e ao abandono social, e formá-los enquanto corpos dóceis e úteis, usando os termos de Michel Foucault (1999), para o “honroso” serviço da Marinha.

Diante de tal contexto, como afirma Thaís Santos e Azemar Soares Júnior (2019, p. 51-52), no início da década de 1870, foi criada pelo Decreto nº 4.680, de 17 de janeiro de 1871, a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, em meio a efervescentes conflitos sociais naquela província que deveriam ser contidos, no imaginário das elites locais, pela reestruturação da ordem, da moral e por meio do ensino profissional militarizado. Na Paraíba, seu desafio imediato, logo nos primeiros anos de funcionamento, fora arregimentar aprendizes e conquistar um prédio próprio para sua sede. A resistência, sobretudo das famílias mais tradicionais, marcou essa empreitada, visto que não os agradava ceder seus filhos para a Marinha e vê-los dividindo espaço com a “infância desvalida” da sociedade paraibana.

Após esse primeiro momento, já em 1885, a Marinha do Brasil baixou o Decreto nº 9.371 de 14 de fevereiro, o qual fomentou mais uma série de mudanças no formato das entidades. Dentre as alterações, estava a de que as Companhias passariam a se chamar de Escolas de Aprendizes Marinheiros e que em algumas províncias seriam unificadas. A Escola da Paraíba foi batizada pelo N. 5 e acolheu em seu interior os aprendizes da antiga Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte. Após alguns anos funcionando no Porto do Capim, às margens do Rio Sanhauá, a instituição foi transferida para o Convento Franciscano, instalado numa parte da capital chamada de Cidade Alta, onde permaneceu até 11 de abril de 1890. Da última década do oitocentos até o ano de 1906, a referida escola assentou praça em diversos prédios alugados, até que no ano de 1907 mudou-se para o prédio próprio construído na praia de Tambaú, local, à época, distante aproximadamente sete a oito quilômetros do centro da cidade (Cf. RODRIGUES, 1962, p. 149).

Com o propósito de operar em formato de colégios internos, oferecendo educação elementar e náutica aos filhos das classes pobres, a instituição logo se viu atravessada por problemas que se acumulavam desde seus primeiros anos de funcionamento. Assim, modos de despertar o interesse dos populares para uma vida considerada digna, oferecer-lhes a melhor formação e amparo do Estado Nacional e, mesmo com verbas, locais e instrumentos limitados, um ambiente no qual pudessem desenvolver aptidões e patriotismo são algumas das primazias que se fortalecem com a chegada do vigésimo século.

Mas foi nos primeiros anos do novo calendário que o regulamento escolar começou a sofrer sucessivas modificações. As duas primeiras décadas do novecentos marcaram, ao menos, três intervenções significativas nas normas institucionais, fazendo com que o poder das regras ganhasse contornos cada vez mais modernos no modo de operar o controle dos sujeitos. Em grande medida, visando neutralizar, reelaborar ou reforçar o que se tinha enquanto código de conduta. O projeto sempre foi claro: incutir na mente e no corpo de cada aprendiz o amor à pátria e ao trabalho. Entretanto, percebia-se cada vez mais esforços muito mais preocupados em reverter a imagem de uma entidade que, ao passo do domínio de cada parcela da vida de seusujeitados, sofria com o medo e desprezo da população, dada a imagem que carregava de ser uma espécie de última opção para os meninos considerados “sem jeito”.

Sendo assim, procurando compreender as nuances que se apartam e confrontam na complexidade de um ambiente altamente disciplinar. Em suma, nosso interesse é investigar como se dava o processo de alistamento e admissão dos menores que se propunham a fazer parte da escola de formação profissional de marinheiros do estado da Paraíba, nas primeiras décadas do século XX. A documentação analisada foi digitalizada como parte integrante do projeto de pesquisa intitulado “‘Marchando com muito garbo e correcção’: a disciplinarização de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiros no Rio Grande do Norte e na Paraíba”, disponível para consulta no Arquivo da Marinha do Brasil, localizado na Ilha das Cobras, na cidade do Rio de Janeiro. Como se trata de uma documentação bastante vasta, selecionamos para problematizar nesse texto os Livros de Copiador de Offício, o Livro de Alistamento de Menores e o Regulamento Escolar. São documentos que possuem discursos sobre as formas de ingresso na escola, bem como, aspectos de interesse por parte da instituição na disciplina de corpos e mentes dos aprendizes.

No que se refere a essas fontes, priorizamos, como metodologia investida, um diálogo com o conceito de disciplina, de Michel Foucault (2018), defendida como formas de poder que se exercem sobre o corpo dos indivíduos e implica em sua vigilância constante (FOUCAULT, 2010, p. 106). Metodologicamente, nos aproximamos da análise do discurso proposta por Michel Foucault (2014) na intenção de perceber a produção dos discursos e suas intencionalidades. Para tanto, realizamos o exercício de interpretação e elaboração de enunciados, ou outros discursos que se configuram enquanto um acontecimento: a escrita de um texto sobre as formas de ingresso e controle dos aprendizes na escola de formação de marinheiros nas primeiras décadas do vigésimo século na Paraíba.

2 “ASSIM PENSA QUASI QUE A TOTALIDADE DO POVO DA PARAÍBA”?

Talvez não haja tema mais consensual na historiografia referente às Escolas de Aprendizes Marinheiros do que o modo negativo como a carreira das armas foi encarada pelas camadas sociais. O argumento parece ser o mesmo ou semelhante em boa parte das pesquisas: a população constantemente desconfia/despreza o ofício do mar. No entanto, vemos como urgente a necessidade de mantermos na ordem do dia o passado sobre suspeita, ou que pelo menos visões específicas acerca de determinados temas não obscureçam as desigualdades existentes nas dadas experiências históricas.

Conforme uma “numerosa” parcela da historiografia, que não significa um contingente tão avantajado assim, onde quer que se instalassem as Escolas, o debate sobre o despreço da população pela Marinha pareceu as acompanhar. Os relatos de comunicação, sobretudo entre oficiais, muitos deles, diga-se de passagem, preocupados em reduzir o problema a estereótipos, baseavam-se na tese de que na cultura moral das classes pobres, generalizavam-se os vícios, a vadiagem, a indiferença criminoso e a “[...] falta de sentimentos nobres” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFÍCIO, 1908-1912). Com isso, “era notória muita aversão a vida militar” (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 93), que “repugnam às coisas do mar” (CASTRO, 2007, p. 6) e nutriam um verdadeiro “horror a esta instituição sabiamente criada” (MACHADO, 2007, p. 63). Por consequência, existiam certas narrativas que culpavam os familiares pela “descrença de muitos candidatos naquele estabelecimento”, pois “chegam a ameaçar os filhos com o nome da Escola de Aprendizes quando em faltas cometidas!” (MACHADO, 2007, p. 63).

Sendo assim, se considerarmos a totalidade dos relatos anteriores, havia uma desafeição muito contundente pela formação na marinha. Entretanto, se isso soa como um pequeno exagero para o leitor tanto quanto para nós é porque, de fato, há espaço para hipóteses mais equilibradas sobre a questão. Não estamos aqui defendendo que não existia certa resistência da população para a entrega de seus filhos - ou não haveriam tão numerosas linhas dedicadas à enfatizar essa visão! - mas sim, que ao passo que pesquisadores reproduzem puramente os discursos sem a devida crítica, correm o perigo de perderem a dimensão plural na qual todo o corpo de entidades se inseriu com o passar do tempo.

A exemplo do que foi dito anteriormente, está a própria Escola de Aprendizes Marinheiros no estado da Paraíba. O cruzamento de informações, assim como o conteúdo de uma boa parte dos documentos, que renegocia conosco a ideia de haver uma escassez de aprendizes para aquela agremiação. Observe o quadro a seguir:

Quadro 1: Mapa do movimento de aprendizes da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba relativo aos anos de 1909 e 1910

ANO	1909	ANO	1910
Alistamento	58	Alistamento	87
Desertaram	15	Desertaram	15
Remetido à Marinha Nacional	51	Remetido à Marinha Nacional	32
Transferidos para outras escolas	5	Transferidos para outras escolas	21
Faleceram	1	Faleceram	2
Alunos ativos no fim do ano	82	Alunos ativos no fim do ano	99

Fonte: Livro Copiador de Officio (1908-1912).

De acordo com as anotações do diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, a instituição era uma das que mais enviava marinheiros formados à Marinha Nacional localizada no Rio de Janeiro². No ano de 1909 houve o alistamento de cinquenta e oito aprendizes que se somaram àqueles que já faziam parte da corporação. Não foi possível saber quantos aprendizes a escola possuía no ano anterior, apenas o número de ingressos e de baixas. Quando somamos o quantitativo de saídas (15 deserções, 51 envios a Marinha do Brasil, 5 transferências e 1 morte), temos a quantidade de setenta e dois aprendizes. Ou seja, o número de saídas no ano de 1909 foi maior que o de entrada. No ano seguinte, em 1910, houve o alistamento de oitenta e sete e a saída de setenta aprendizes. Nesse ano, foi possível observar a variação entre um ano e outro. No começo de 1910, a instituição possuía oitenta e dois alunos e matriculou o quantitativo de oitenta e sete, chegando a registrar cento e sessenta e nove aprendizes³. Se o número de ingressantes aumentou, o de saída permaneceu estável. Registrou-se uma variação considerável no número de envios à Marinha do Brasil, que em 1909 foi de cinquenta e um aprendizes, enquanto em 1910, esse número caiu para trinta e dois. Quanto às transferências para outras escolas, se em 1909 o registro foi de cinco alunos, no ano seguinte foi anotado o dado de vinte e um aprendizes. No que diz respeito às mortes ocorridas no interior da escola nos anos apresentados no quadro acima, observamos um total de três baixas. A documentação não deixou evidente a causa morte, mas há anotações sobre

² Esse era inclusive um dos argumentos muito presentes nos discursos escritos em forma de mensagens e enviados aos representantes locais de poder político, sempre que a instituição carecia de alguma ajuda financeira.

³ No caso dos vinte e um aprendizes transferidos nos anos de 1910, observamos nos registros que quinze aprendizes foram enviados para a escola do Ceará e seis para a escola modelo do Rio de Janeiro. A documentação relata que isso se deu devido estes menores conferirem um quadro de “empaludimento chronico”, ou seja, foram acometidos do impaludismo (malária). Assim, supomos que o principal motivo da transferência foi a necessidade de tratamento médico especializado (Cf. LIVRO DE COPIADOR DE OFFÍCIO, 1908-1912).

constantes surtos de varíola e impaludismo⁴, bem como das precárias condições de higiene da arquitetura escolar.

Revelado isso, se faz interessante repensarmos as palavras do ofício enviado pela direção da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba para os Juízes de Órfãos do estado, citado na introdução deste artigo. Uma leitura menos atenta deste registro pode orientar o leitor a entendê-la como somente mais uma entidade que sofria com a resistência dos menores ao processo de recrutamento, o que se chocaria, paradoxalmente, com os dados apresentados no quadro anterior. Visto isso, lançar um novo olhar sobre o registro requer que levemos em consideração, sobretudo, o próprio contexto no qual o ofício foi elaborado.

Como os relatórios de inspeção enviados para o Ministério da Marinha eram produzidos ao fim de cada semestre, é razoável levantarmos a hipótese de que a direção gostaria de registrar, o quanto antes, o maior número de matriculados possível, já que as constantes movimentações geravam déficits no decorrer dos meses, para poder dar seguimento a uma série de reivindicações cuja palavra final só teria condição de ser dada pelo Ministro. O ambiente de intensa crise econômica na década de 1910, por exemplo, denunciava que as escolas encaravam cada vez mais a possibilidade de desassistência por parte do Ministério, fazendo com que em último caso se insinuasse uma espécie de disputa pela necessidade de manutenção⁵.

Acatando essa perspectiva, propomos a possibilidade de pensar quais seriam esses interesses que supostamente vinham sendo extraídos entre aparelhos e personalidades específicas, se a escola possuía problemas que exigiam a posição mais incisiva do comando e ainda, se, de fato, algum benefício foi conquistado graças a esse cenário. Como já descrito, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba também não estava livre da gama de problemas que comprometiam o maior êxito na formação dos futuros marinheiros. As más condições de educação e saúde, a precariedade da vida em um ambiente enfermo, o trabalho compulsório sem grandes contrapartidas, a saudade recíproca dos lares, familiares e amigos são diferentes impasses que, inclusive, e nos arriscamos a dizer, podem ter sido alguns dos tantos motivos para que muitos jovens permanecessem afastados da matrícula naquela instituição.

Para esse entendimento, propomos o retorno a 1913, quando o diretor da escola, recém transferida da praia de Tambaú para o antigo Quartel das Forças Policiais do estado, encarou diversos obstáculos que se acumularam com o passar dos anos e que não obtinham solução definitiva. Assunto de incontáveis documentos enviados e recebidos de autoridades locais e nacionais, as reclamações que se intensificaram desde os primeiros anos do século protestam, por exemplo, sobre as más condições do local no qual a Escola funcionava.

O antecessor de João Bonifácio de Carvalho na direção escolar, o Tenente Comandante Mário de Avellar Nazareth, já alertava, anos antes, que as administrações passadas já vinham ponderando acerca da infelicidade que presidiu a escolha daquele espaço para a construção do prédio em virtude de sua terrível

⁴ Hoje, malária.

⁵ Em ofício enviado ao Ministério da Marinha, em 9 dez. 1914, a direção da escola sugeriu que “seria preferível animar as escolas que produzem os melhores elementos, mesmo à custa do fechamento de outras” pois, assim, seria possível maior equilíbrio fiscal durante aquele período de crise (Cf.: LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIOS, 1912-1914).

localização (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1912). E não faltavam motivos para esta afirmação.

Primeiro, porque havia muitas limitações no ambiente da sede. Até 1911, o internato funcionou a cerca de sete quilômetros da cidade da Parahyba, na praia de Tambaú, a qual era descrita como cercada de pântanos, doente e muito sucessiva a causar terríveis febres nos aprendizes e servidores. A falta de um abastecimento de água também deixava a desejar, além da distância que gerava tributos bastante caros a serem pagos no deslocamento. Durante a estadia em Tambaú, a documentação escolar apresentou sucessivas epidemias de impaludismo que se abatiam sobre o corpo de aprendizes e funcionários. Soma-se a isso, a ausência de medicamentos, as terríveis condições dos espaços de enfermaria. Houve momentos em que as salas se transformaram em espaços destinados para acomodar os enfermos no interior da instituição. A ausência de luz elétrica era também um fator recorrente nas queixas do prédio daquela localidade. E por fim, as constantes interrupções na linha férrea que viabilizava o único meio de transporte que ligava a praia de Tambaú à capital da Paraíba.

Essas foram justificativas exaustivamente repetidas e que levaram cada novo comandante a solicitar, de forma incisiva, recursos para a solução dos problemas. Na tentativa de evitar gastos ainda maiores, tentou-se, inicialmente, aperfeiçoar o ambiente com reformas que, no entanto, acabaram por ocasionar modificações precárias e instalações provisórias. Destas ações, as únicas heranças foram, se não, outros consideráveis prejuízos, como no caso do contrato que transformou-se num calote por parte do construtor que se comprometeu na reforma, mas “[...] ausentou-se e não voltou” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1912) antes mesmo da conclusão das obras.

Assim, coube a procura por um novo prédio que comportasse os aquartelados com algum conforto, algo que aparentemente se conceberia por volta de 1911, quando um novo edifício foi eleito depois de muita negociação e sem pleno consenso entre os comandantes. Todavia, após a transferência para a nova instalação, em meados do mesmo ano, o antigo Quartel das Forças Policiais do Estado também se revelaria, em pouco tempo, alvo de críticas. Apesar da nova estadia ter sido completamente modificada, segundo os planos do comando, e em local saudável, o lugar frustraria também as expectativas à medida que era pouco espaçoso e com infiltrações, gerando novos diálogos da diretoria junto ao Presidente do Estado e Ministro da Guerra.

Para além do território, mas não sem sua influência iminente, outras reivindicações se ligariam à condição sanitária da escola. Estes problemas provocaram recorrentes diálogos sobre a necessidade de uma repartição de enfermaria e farmácia, ainda inexistentes até 1909, de água em boas condições e locais apropriados para despejo de dejetos humanos, por exemplo. O primeiro comandante, o Sr. Mário Nazareth se queixava de que “[...] durante o inverno, a média mensal dos enfermos atinge até 60% e a máxima chegou a 90% na escola” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1912), o que tanto indicava a inadequação de Tambaú, quanto a precária situação de saúde e higiene do estabelecimento.

Ao que tudo indica, a direção da escola sob o comando do Tenente Mário Nazareth não permaneceu tempo o suficiente à frente da unidade, após sua transferência para o Quartel das Forças Policiais, para constatar os problemas sanitários que as novas instalações possuíam. Eram condições muito semelhantes ao

prédio considerado enfermo em que habitaram na praia de Tambaú. Eram semelhanças, que de acordo com a ordem do discurso da gestão escolar, não estavam dispostos a tolerar. As críticas a recente estrutura tornaram-se novamente recorrentes nos assuntos registrados, nos Livros de Ordem do Dia durante os de 1912 e 1913, momento em que a escola já se encontrava sob o comando do Sr. João Bonifácio de Carvalho. Em 09 de novembro de 1914, o relatório enviado pela direção ao Ministério da Marinha argumentou a impossibilidade de despertar o “espírito virtuoso” nos aprendizes, diante da situação que se vivia naquele edifício, pois

[...] não é só o predio em si, é o local que elle se acha: na parte mais baixa da cidade e entre os pântanos. Em local d’esta ordem, não é possível desenvolver o physico dos aprendizes, e portanto, o seu desenvolvimento intelectual. Não é possível desenvolver um espírito conveniente quando se vive em um local doentio e quando falta os elementos mais rudimentares de conforto (LIVRO COPIADOR DE OFFICIO, 1912-1914).

No mais, novamente a questão da insalubridade do espaço foi evocada como um problema que comprometia diretamente as condições de vida e educação dos aprendizes, mesmo depois da tentativa de sanar tais problemas com a mudança para uma nova sede. O discurso denunciava a ausência de espaços saudáveis para a realização dos exercícios físicos, bem como, a distância do mar para efetivar as atividades marítimas. As águas mais próximas pertenciam ao rio Sanhauá, que possuía bastante lama em decorrência do mangue que banhava suas margens. Noutras palavras, os espaços destinados às atividades práticas foram considerados pantanosos, “doentio” e carente de “elementos mais rudimentares de conforto”.

Diante desse panorama, foi possível elencar dois imperativos: aceitar que havia efetivamente uma barganha baseada na boa produção da escola, o que se materializava com o atendimento de muitas demandas da unidade pelo governo, a exemplo de uma nova sede; e que a parte da população que se distanciava das matrículas, o fazia por vezes à medida que ficava a par dos constantes problemas que ali existiam. Dando corpo à segunda hipótese, seja pelos relatos dos próprios aprendizes que na ausência da escola se faziam presentes entre amigos e familiares, seja de alguma outra forma no qual esse entendimento chegava, é plenamente concebível desconfiar que, para uma parte do público alvo daquela formação, tais instituições não cumpriam tudo aquilo que prometiam oferecer com tanta opulência: melhores condições de vida, saúde e instrução para os filhos dos pobres.

Esse olhar é reforçado por um passado de crueldades resgatado no imaginário e memória popular. Vera Marques e Silvia Pandini (2006, p. 94-95), por exemplo, ao debruçarem-se sobre os estudos dos aprendizes na Província do Paraná, levantaram especulações quanto aos motivos que afastaram os menores do alistamento naquela escola. Para as autoras, um deles foi o contexto de expansão das instituições, que se deu com maior fôlego às vésperas da Guerra do Paraguai, logo a arregimentação compulsória realizada nestes momentos de conflito deveria estar bem marcada na memória de todos, ajudando, portanto, a formação de uma ideia na qual a Marinha era um “verdadeiro purgatório”.

Tal conjectura ainda ganhou espaço nas palavras de Sidney Chalhoub (1996, p. 22): “as ideias também fazem história” e na literatura da primeira metade do século

XX. Em seu romance autobiográfico, intitulado “Doidinho”, o escritor paraibano José Lins do Rego, se referiu à Marinha quando relatou a expectativa do protagonista - apelidado assim devido seu comportamento na escola -, quanto a resposta de seu avô, a uma carta que narrou seu sofrimento cotidiano no Instituto Nossa Senhora do Carmo de Itabaiana, na Paraíba:

[...] passei dias esperando a resposta. Sonhava com o velho Zé Paulino na sala de visitas do colégio, discutindo com o diretor. E ouvia diálogos de um avô defendendo o neto contra o seu algoz. Não lhe mandei o menino para cavalo de matuto. Isto não é colégio: é pior que Marinha. Quero levar ele daqui. Arrume a mala, Seu Carlos, vamos embora. Mas eram diálogos de sonho (REGO, 1975, p. 19-20. Grifos nossos).

Como bem argumenta Rozenilda Silva (2017, p. 127), ao que tudo indica, é possível entender a Marinha, citada por Zé Paulino no diálogo, como as Escolas de Aprendizizes Marinheiros, considerando a idade do menino – doze anos - e que essas entidades, a partir de 1855 passaram a receber jovens de treze a dezesseis anos. Por meio da expressão “[...] isto não é colégio: é pior que Marinha”, compreendemos que as referidas instituições, no imaginário das crianças, aqui representadas por “Doidinho”, eram vistas como lugares perversos e assustadores, “[...] uma espécie de último recurso para meninos sem jeito” (REGO, 1975, p. 4).

Diante do quadro, tem-se, por fim, material que consideramos ser suficiente para entendermos que as promessas reverberadas de “boa formação e melhores condições de vida” não seduziam por si só a todos os meninos, nem pais ou tutores, embora houvesse aqueles que, no caso da Paraíba, se alistassem com “[...] entusiasmo e crença pela carreira” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1912). Esse segundo caso, daqueles que optaram pelo alistamento, deve ser mais profundamente investigado, considerando as sucessivas mudanças no aparato regulatório das entidades, o que na prática trouxe consigo adequações e benefícios para quem se candidatasse, além de um processo seletivo mais rígido em seus critérios.

3 O ALISTAMENTO DE MENORES OU O ADESTRAMENTO DOS CORPOS DOS APRENDIZES

Em 1911, a Escola de Aprendizizes Marinheiros transferiu-se para o antigo Quartel das Forças Policiais da Paraíba, na capital do estado, para a satisfação da direção escolar que há tantos anos se queixava das péssimas condições do prédio localizado na praia de Tambaú. Embora, como já mencionado, a mudança não tenha significado efetivamente a solução para os problemas de acomodação, outras modificações, agora no plano da regulação escolar, se consolidavam, readaptando um rigoroso sistema que buscava, cada vez mais, revitalizar o controle sobre os corpos militarizados.

Havia uma aposta clara, em todas as intervenções no estatuto escolar durante as primeiras décadas do vigésimo século, na moralização dos exames, intolerância

às insubordinações, controle de relações e dureza dos processos. Para Michel Foucault (2018, p. 133), essas foram “formas gerais de dominação” adotadas pelas instituições que propunham o poder disciplinador como modelo de domínio sobre os corpos desde o século XVIII, quando

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2018, p. 133).

Dessa forma, havia o objetivo de formar-se, nos ambientes disciplinares, corpos na forma da docilidade, isto é, “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2018, p. 134). Conforme argumentou o filósofo, os princípios fundamentais da disciplina não são inventados inteiramente no século XVIII, afinal esse mecanismo já existia, mesmo que de forma isolada ou fragmentada, desde a antiguidade. Entretanto, apenas no décimo sétimo século, quando essa ferramenta foi remodelada como nova técnica de gestão dos homens, que o sistema adquiriu a capacidade de controle das multiplicidades ao utilizar os corpos ao máximo e mensurar os efeitos úteis de seu trabalho. Doravante, o que se vê aparecer nessa época, nos hospitais, fábricas e escolas, a exemplo, é uma enorme preocupação na distribuição espacial dos homens, sua regulação através de regras bem definidas, uma vigilância perpétua e constante, dita “panóptica”, além do registro de cada parcela de suas vidas.

Por essa ótica, não se encontra mais que a vontade da instauração, ou normatização dos corpos dos aprendizes em um “corpo dócil”. Corpos produzidos para receberem e acatarem ordens, para compor forças e consolidar máxima eficiência permanente, corpos para serem adestrados. Ao fim, não havia nada que aquelas forças desejassem mais do que a submissão das subjetividades perante o bem comum, isto é, o amor à Pátria e ao trabalho estava no topo dos objetivos disciplinares de aproveitamento do corpo dos aprendizes.

E assim se deu, durante três vezes no vigésimo século, nos anos de 1907, 1912 e 1915, a reforma do Regulamento Escolar Nacional, que antes de mais nada, visava reverter o que se tinha de obsoleto, mas também reajustar as formas de atração, ingresso e manutenção de jovens para o futuro corpo da Marinha de Guerra.

Alguns foram os artigos de cada Decreto, que implantaram novos regulamentos ao decorrer dos anos⁶, transformados mais especialmente, sobretudo no que diz respeito ao recrutamento de menores para a instituição. Nacionalidade, idade, corpo, pobreza, conduta, instrução, foram condições permanentes para o ingresso das crianças. A idade, por exemplo, se tornou um tema de debate traduzido nas sucessivas adequações em cada estatuto. O Decreto n. 1.591, de 14 de abril de 1855 definia que os menores deveriam ter de dez a dezessete anos, idade alterada em 1885 para treze a dezesseis anos, em 1907, para doze a dezesseis anos, em

⁶ Para maiores esclarecimentos, conferir os decretos de números 6.582, de 1º de agosto de 1907; 9.386, de 28 de fevereiro de 1912 e 11.479, de 10 de fevereiro de 1915, as legislações que compuseram o período trabalhado e que estão disponíveis para consulta no Portal da Câmara dos Deputados.

1912, para treze a dezesseis anos e se fixando entre quatorze e dezesseis anos no último decreto, em 1915.

Dessa forma, investir na modelagem da criança era um discurso consensual, mas o que havia de disputa questionava o melhor momento para isso. A exemplo, tem-se a correspondência enviada ao Ministério da Marinha, em 09 de dezembro de 1914, pelo então diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, o Sr. João Bonifácio de Carvalho, o qual expressava as seguintes palavras:

[...] todo indivíduo que quer ser marinheiro deve aprender a ser marinheiro e, portanto, não se compreende como a aprendizagem só é facultativa até o limite da idade. Eu penso que tanto podia ser aprendiz marinheiro o individuo passando dos 16 ou 19, ou 20, como os de 13 a 16 annos. A marinha teria um lucro muito maior como receberia individuos mais robustos e mais aptos para servir-a que os actuais aprendizes dentro deste último limite de idade (LIVRO COPIADOR DE OFFICIO, 1914).

Diante do exposto, torna-se claro que se operavam opiniões emitidas tanto no bojo da tentativa de intervir nas atitudes do Ministério diante das regras internas, quanto na seleção dos melhores corpos que deveriam ser priorizados para o serviço do mar.

Como citado pelo Sr. João Bonifácio de Carvalho, a robustez corpórea era outra condição que seria levada em conta na admissão de novos meninos. Desde o final do oitocentos e consolidado nos decretos posteriores, o corpo e comportamento se sobrepunham cada vez mais à idade no regulamento, excluindo qualquer menor com “defeitos” em ambas premissas. Foi nesse período, portanto, que a legislação assumiu um forte cunho higienista, manifestado não só na condição de assepsia, mas exigência de boa índole que deveria ser verificada através da ficha policial ou de uma observação rigorosa de suas atitudes, critério eleito como legítimo pelos decretos posteriores.

Outro paradoxo que já estava posto no século XIX, mas que no século seguinte viu-se crescer, foi a orientação solidamente eugenista que os comandantes da escola pareciam incorporar. Embora não encontrasse espaço no regulamento, algumas literaturas como a produzida por Adolfo Caminha (2010, p. 26), sustentam a ideia de que na Marinha não se olhava cor ou raça do marinheiro, pois todos eram tratados da mesma forma. Porém, não são poucos os documentos que demonstravam o interesse pelo corpo escolar, pelo recrutamento de meninos “mais claros” para ingressar na corporação. Tanto Mário Nazareth, quanto João de Carvalho, no caso da Paraíba, deixaram claro que a procura deveria ser por garotos “brancos ou pardos” ou “brancos e caboclos”, de “[...] physionomia agradável e robustez necessária a vida no mar”, apontando que havia um tipo considerado ideal de aprendiz a ser perseguido, além de sinais claros de que as teorias raciais da época disputaram espaço de influência, inclusive, nas forças armadas.

Em último caso, também havia uma discussão voltada às formas de atrair novos recrutas para as escolas, assim como mantê-los em melhores condições, evitando a deserção. A situação de pobreza que muitos aprendizes viviam se tornou um forte argumento para a negociação dos comandos em busca do pagamento de

vencimentos para os meninos. Em 1913, João Bonifácio de Carvalho emitiu em seu relatório enviado ao Ministério da Marinha a opinião de que o trabalho dos aprendizes “[...] deveria ser um esforço remunerado, pois é natural que trabalha-se com mais vontade quando se é remunerado” (LIVRO DE COPIADOR DO OFÍCIO, 1913). Estas observações também se revitalizam com o medo da deserção, pois à medida que as escolas, muitas vezes, já haviam investido elevados custos nos alunos, seria um prejuízo ao erário perdê-los. Foi assim que a deserção e/ou expulsão também começaram a gerar dívidas para os jovens e seus familiares, que deveriam ressarcir os cofres públicos de forma equivalente ao tempo que o aprendiz, fujão ou desligado, se fez presente na instituição.

Essa polêmica por uma remuneração também estava posta a algum tempo. Os decretos do século XIX já se utilizam da pobreza brutal como forma de amealhar mais jovens. No começo, a não ser em momentos de conflito onde o alistamento compulsório era usado, haviam prêmios e gratificações pagos aos genitores e/ou responsáveis na tentativa de estimulá-los a apresentar seus filhos menores de idade (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 93), somando adicionais quando as crianças tinham algum grau de instrução. Por necessidade financeira, mulheres como Maria Leal Castello Branco encaminharam seus filhos menores para as sedes em troca de 100 mil réis cada um, como bem estipula o artigo décimo nono do Decreto nº 1.591, de 14 de abril de 1855, uma prática corriqueira notadamente em momentos de fome, por exemplo (SILVA, 2017, p. 93).

Nos primeiros anos do século seguinte isso se reconfigurou. Manteve-se apenas o pagamento das custas das viagens para a localidade da instituição, algo repetido no decreto de 1912, e, finalmente em 1915. Além da gratificação na entrega dos menores, dos quais deveriam se apresentar juntos aos pais, tutores ou por livre espontânea vontade, se recebe as custas e vencimentos que antes só eram pagos aos grumetes⁷. Essa conquista pode afirmar novamente aquilo que foi defendido no tópico anterior: instituições com “saldos positivos” de aprendizes tinham maior força de barganha com o Ministério e através de negociações conquistaram interesses, até mesmo em momentos de crise econômica.

Por fim, ainda buscamos traçar, mesmo que de modo tímido, o perfil os garotos admitidos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. À disposição, tivemos o acesso a trinta e um registros de alistamento de menores dos anos de 1927 e 1928, o que está longe de ser o suficiente para um padrão totalmente sólido, mas que acreditamos ter o potencial de mostrar comportamentos interessantes para a análise. Priorizamos, neste caso, nos atentar a quatro tópicos: idade, naturalidade, filiação e formas de apresentação para o alistamento.

Assim, o perfil dos Aprendizes admitidos na Escola de Aprendizes da Paraíba, durante esses dois anos, foi composto da seguinte forma: dezesseis menores com quatorze anos, doze com quinze anos e três com dezesseis anos. Destes, vinte e quatro foram oriundos do interior do estado da Paraíba, três da capital, dois do Rio Grande do Norte, um de Pernambuco e um não foi possível identificar visto as lacunas na documentação. Os aprendizes que possuíam ambos os pais vivos somaram onze, enquanto os que possuíam apenas um ou outro ou nem um dos dois, dezesseis, os últimos três não foram possíveis identificar. Por fim, dezenove foram

⁷ Aqueles que, após os anos de formação na Escola, eram enviados para servir ao corpo da Marinha do Brasil com sede no Rio de Janeiro.

apresentados à escola pelos Juízes de Órfãos, seis pelo pai, três por “livre espontânea vontade” e três indefinidos pelos mesmos problemas documentais.

Ao que tudo indica, os jovens estavam todos enquadrados nos critérios pré-estipulados pelo regulamento. O que nos salta aos olhos nessas informações é a quantidade de garotos do interior do estado, “[...] chegando a formar $\frac{3}{4}$ do effectivo” da escola. Em relatório, o diretor da unidade reforça esta afirmação, ressaltando que “[...] os elementos do interior são mais aproveitáveis que os do litoral” (LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIOS, 1912-1914). Essa ideia se alimentou diretamente da quantidade de alistamentos, visto que muitas vezes, diante da extrema pobreza em regiões mais afastadas, a entrega dos rapazes tornava-se uma estratégia de sobrevivência e preservação daquelas vidas.

A Escola de Aprendizes Marinheiros também pode ter sido uma espécie de polo regional, afinal também recebeu alunos de outros estados. Desde a ampliação deste conjunto, várias instituições foram sendo criadas ou unificadas de acordo com alguns critérios, como a falta de contingente para seu sustento. Logo, o número de alistamento diminuiu sempre fora o temor de muitas instituições que sobreviviam com financiamento do Estado. Quando eliminadas, cabia a outras, principalmente as mais próximas daquela localidade, diluir o antigo corpo de aprendizes em suas imediações. Temos como exemplo disso, a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte, que embora tenha sido criada um ano após a da Paraíba, em 1872, acabou sendo excluída do quadro por volta de 1885, cabendo à unidade paraibana absorver o público que ainda tinha interesse (CURY; SOARES JR, 2019).

Quando pensamos a seleção em si, em todo caso, aparentava ser mais que uma simples entrevista, pois nela busca-se verificar aquilo que apresentamos durante o texto: o vigor do corpo e as performances individuais. Prova desse rigor no “processo seletivo” foi o relatório de Mário de Avellar Nazareth, em 1911, o qual afirmou que “[...] como meio de verificar a índole dos menores candidatos a matrícula na Escola, costume deixá-los depositados dois ou três dias no estabelecimento, antes de serem matriculados” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1912), o que manifestava o máximo interesse em corpos completamente úteis e sadios para uma futura modelagem social, além de um mecanismo de admissão eficaz para esta tarefa.

E por último, a essa modelação, caberá o trabalho de edificação. De formar corpos e mentes úteis, viciosos não mais pela vida criminosa, mas por elevação do espírito à virtude, ao trabalho e à educação. Coube à escola, por meio do uso de poder, discipliná-los, dar-lhes alicerces sólidos, incutir-lhes ordens calculadas que deveriam ser seguidas à risca sem questionamento. A proposta, portanto, sempre fora torná-los uma espécie de “homens-produto e produtores”, aqueles que são fruto e fonte, solapados nas incongruências de um complexo aparelho de controle e vigilância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não cabe apenas entender a dinâmica do recrutamento de menores na segunda metade do século XX, pela Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, como um mero reflexo ou cópia dos termos legais impostos na regulação. Como bem foi investigado, essa unidade, em muito, se diferiu da realidade de outras, visto que,

embora partilhasse alguns problemas semelhantes, soube, inclusive, aproveitar esses limites para se sobressair em interesses ao lado das forças que encabeçavam sua ordem.

Essa percepção se baseia, sobretudo, na forma como os comandos, com o passar dos anos, se portaram perante os governantes e forças superiores. As considerações pontuadas, quase sempre em termos de opiniões, sugestões e caminhos para resolução de certos impasses, não raramente conduziam de imediato o argumento de que aquela instituição muito bem “servia” aos interesses da marinha. Logo, com um quadro favorável, coube à entidade não medir esforços em perseguir, mesmo que sutilmente, o próprio direito de tomar influência em várias decisões, principalmente naquelas que traziam alguma benesse ao cotidiano de tal espaço formativo.

Mas se, por um lado, as colocações surtiram efeitos positivos para a assistência da instituição, o mesmo interesse não se deu com seu público alvo. Com o desenrolar da pesquisa, foi possível perceber que, embora muito mais acentuado que outros exemplares da rede, as promessas da Escola da Paraíba, de boa formação e melhores condições de vida para os filhos das classes menos abastadas, não seduziram a população tal como desejado. Com base em experiências históricas, a aversão à vida militar efetivamente existia e revelava uma chaga profunda nas memórias populares, o que também se fortalece com a tomada de consciência dos diversos problemas estruturais e higiênicos enfrentados pela unidade, desde sua fundação e que persistiram nas primeiras décadas do século XX.

Por último, também compreendemos as sucessivas modificações na regulação institucional como uma forma de adaptação às modernas dinâmicas do tempo que chegava. Com os novos significados contextuais que vivenciava o país, cada vez mais houve um duplo esforço por parte das gestões, que consistem em tornar as Escolas mais “atrativas” para os menores, assim como adquirir corpos cada vez mais preparados para a vida na Marinha Nacional. Desse modo, ao passo que a rede readaptou novas “vantagens” para o alistamento e estadia dos jovens, buscando corrigir a visão distorcida que havia se instaurado, também cada vez mais se exigiu, do corpo e conduta, a performance ideal, o que se traduz, em último caso, na forma como o processo de alistamento se dava e no perfil dos meninos admitidos na referida unidade.

Portanto, o melhor modo de pensar a dinâmica dessas instituições foi por meio da discussão sobre o conceito de disciplina de Michel Foucault (1999). Para o filósofo, os contornos do poder ganham dimensão disciplinar à medida que os corpos se tornam meros instrumentos a serem modelados. Assim, em uma sociedade disciplinar, as diversas instituições - como a escola, o hospital, o quartel - ganham um papel crucial nessa docilização, apostando não só na repressão, mas também na rede produtiva do poder para que as regras sejam incutidas de forma eficaz.

E nesse modelo, se inclui esta escola, talvez em suas múltiplas frentes de atuação na vida de cada aprendiz. Reforçamos que o estudo desse acervo ainda não tem a profundidade que deveria, merecendo muito mais atenção por fazer parte de um rico universo de informações para historiadores da educação e pedagogos em geral. Doravante, é de interesse nosso continuar contribuindo para as pesquisas, formando uma historiografia cada vez mais robusta e capaz de sanar, ao menos, parte dos anseios desse passado que, em nossa escrita e exposição, ganha voz e

oportunidades que, em sua própria dimensão de tempo e espaço, talvez nunca tenham obtido.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, César Augusto. Navegar é preciso: a Escola de Aprendizizes Marinheiros no Maranhão. In: Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em história da educação. **Anais**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2007.
- CASTRO, Rozenilda. **A Escola de Aprendizizes Marinheiros de Parnaíba**. Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2013.
- CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CURY, C. E.; SOARES JR., A. S. “Para formar o viverio de bons marinheiros”: a Escola de Aprendizizes Marinheiros na Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871 – 1890)”. **Educação & Formação**. Fortaleza, Jan/Jun, 2019.
- _____. “Ficha individual do aprendiz marinheiro no Livro de Socorros da Paraíba (1871-1874)”. **Revista educação em Questão**. Natal, Abr/Jun, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- _____. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- LIVRO DE ALISTAMENTO DE MENORES. **Arquivo da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro, 1927-1928.
- LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIO. **Arquivo da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro, 1908-1912.
- LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIO. **Arquivo da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro, 1912-1914.
- MACHADO, Gisele Terezinha. **“Escreveu, não leu, o pau comeu”**: A Escola de Aprendizizes Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Educação), 2007.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. **Revista Brasileira de História da Educação**, jul./dez, 2004.
- REGO, José Lins do. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SANTOS, Thaís Luana Felipe. SOARES JR., Azemar dos Santos. A Escola de Aprendizizes Marinheiros da Paraíba: fabricando o corpo-máquina para a salvação da criança desvalida (1910-1932). In: SOARES JUNIOR, A. S.; ANDRADE, V. G. (Org.). **A escrita do sensível: experiência, história cultural e práticas educativas**. João Pessoa: Ideia, p. 51-68, 2019.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874-1915)**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Tese (Doutorado em Educação), 2017.